

“Atlas Eleitoral — Eleições Autárquicas” 1976/93, 1997/2001 e 2005” (em colaboração);

“Atlas Eleitoral — Referendos Nacionais” — 1998 e de 11 de Fevereiro 2007 — coordenadora técnica.

Despacho n.º 11737/2008

Por meu despacho de 2 de Julho de 2007, autorizei a abertura do procedimento concursal para recrutamento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Apoio ao Recenseamento Eleitoral, cargo esse constante do artigo 7.º da Portaria n.º 341/2007, de 30 de Março de 2007.

Nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a oferta de emprego foi publicitada através do Aviso n.º 24 793/2007, publicado no D. R., 2.ª série n.º 241, de 14 de Dezembro de 2007, na Bolsa de Emprego Público (BEP), em 4 de Janeiro de 2008, com o código de oferta: OE200801/0066 e no jornal diário “Diário de Notícias” de 3 de Janeiro de 2008.

O júri, com os fundamentos constantes do procedimento e considerando os muito bons conhecimentos demonstrados e experiência profissional apropriados ao exercício do cargo em apreço, tal como se evidencia na nota curricular anexa, que faz parte integrante do presente despacho, deliberou propor a nomeação do candidato licenciado Domingos Manuel Lourenço de Magalhães, para o cargo de direcção intermédia de 1.º grau, Director de Serviços de Apoio ao Recenseamento Eleitoral.

Nestes termos, atento o disposto nos n.ºs 8 e 9, do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Director de Serviços de Apoio ao Recenseamento Eleitoral, o licenciado Domingos Manuel Lourenço de Magalhães, especialista de informática de grau 3, do quadro de pessoal do ex-STAPE, actual Direcção-Geral de Administração Interna do Ministério da Administração Interna.

6 de Março de 2008. — A Directora-Geral, *Rita Faden*.

Curriculum vitae

Domingos Manuel Lourenço de Magalhães.

1 — Habilitações literárias:

Licenciatura em Engenharia Química pela Universidade do Porto (FEUP) em 1975, tendo concluído a parte escolar do curso em 1972.

Curso de Matemáticas Aplicadas à Investigação Operacional (nível de pós-graduação), no Centro de Cálculo Científico do Instituto Gulbenkian de Ciência em Oeiras, 1972-1973. Serviço Militar de 1974 a 1975 (parte em Moçambique).

2 — Carreira profissional:

Director de Serviços na DGAI — Administração Eleitoral (em regime de substituição) e no STAPE de 1993 a 2007.

Presidente de comissões arbitrais para a fixação das indemnizações compensatórias às estações de televisão e rádio pela transmissão dos tempos de antena (2001-2007).

Missões no estrangeiro sobre assuntos eleitorais (National Election Office da Hungria External voting in Portugal 2007, International IDEA «Electoral Management Design» 2005-6, OSCE — ODIHR, Parlamento Europeu, Conselho da Europa — grupo de trabalho sobre «e-voting»), Comissão Europeia, intercâmbio de informação no âmbito das eleições para o Parlamento Europeu (2003-2007) e sobre ‘transição para a democracia’ nos países africanos de língua oficial portuguesa (Angola — Seminário internacional sobre preparação de processos eleitorais e realização de eleições multi-partidárias, 1991; Guiné-Bissau — Diagnóstico e aconselhamento sobre a realização de eleições multi-partidárias, 1992; Cabo Verde — Processo Eleitoral, 1993 e Recenseamento Eleitoral, 1997).

Participação na análise da viabilidade de utilização dos ficheiros de eleitores no apoio à realização dos censos da população (EUROSTAT) e, em 1994-95, no Grupo de Trabalho sobre estatísticas da demografia, no âmbito do Conselho Superior de Estatística.

Assessor de informática principal em 1991.

Presidente e membro do júri de concursos de pessoal. Orientação na vertente profissional de estágios de licenciatura (FCUL) em matemáticas aplicadas e estatística e investigação operacional.

Assessor, por concurso, em 1988.

Nomeado técnico superior principal e chefe de divisão, em 1980.

Vogal suplente do MAI no Conselho Nacional de Estatística, em 1978-79.

Coordenador do Departamento de Cadastro e Estatística do STAPE.

Ingresso no Ministério da Administração Interna (MAI) em Dezembro de 1975, como técnico de estatística.

3 — Trabalhos e artigos:

“Recenseamento Eleitoral na Web”, no 2.º Congresso da ACEP E-Portugal, Dezembro-2004. — “Voto electrónico — análise de algumas experiências”, 2000.

“Atlas eleitoral/SIG”, comentário aos trabalhos dos alunos finalistas do Departamento de Geografia e Planeamento Urbano, FCSH-UNL (Junho de 1999).

“Análise das variações do número de inscritos no recenseamento eleitoral e do número de votantes nas eleições da Assembleia da República, entre 1976 e 1995” [GraphPad Prism]

“Estatísticas eleitorais — alguns exemplos de aplicação”, conferência na Universidade Lusíada, Lisboa, 1994

“Observações sobre a informatização do recenseamento eleitoral”, *Eleições*, Julho, 1992

“Análise da (des)proporcionalidade no sistema eleitoral português”, Actas do 1.º Encontro de ‘estatística e aplicações’, na Universidade do Minho — Braga (Abril de 1990).

“Classificação dos distritos/regiões autónomas — cluster analysis” [SPSS], 1990

“A informática no STAPE”, *Eleições*, Outubro, 1990.

Governo Civil do Distrito de Lisboa

Aviso n.º 12816/2008

Por despacho da Governadora Civil de 7 de Abril de 2008:

Jorge Monteiro Andrew — técnico profissional especialista principal do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Loures, nomeado chefe do gabinete de apoio pessoal da Governadora Civil do distrito de Lisboa, com efeitos a partir de 8 de Abril de 2008, sendo exonerado a partir da mesma data do cargo de adjunto do gabinete de apoio pessoal.

17 de Abril de 2008. — A Secretária do Governo Civil, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Aviso n.º 12817/2008

Por despacho da Governadora Civil de 11 de Abril de 2008:

Licenciada Ana Cristina Martins Valério — técnica superior de História de 1.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Loures, nomeada adjunta do gabinete de apoio pessoal da Governadora Civil do distrito de Lisboa, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2008.

17 de Abril de 2008. — A Secretária, *Maria Beatriz Pires Monteiro Moreira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 12818/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Abril de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Leonor Tavares Correia dos Santos, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 06/01/1977, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

12 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12819/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 12 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Jeremias Fernandes Tavares, natural de São Jorge de Arroios, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido a 6 de Janeiro de 1986, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro, e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

16 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 12820/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Abril de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Rosa Sanches Tavares, natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 22/06/1955, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-